



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Centro, Varginha – MG
CEP 37002-070, Fone: (35) 3690-2211

Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 18/08/2020

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha/MG, de Nº 376, realizada de forma virtual através do aplicativo *Google Meet*, no dia 18 de agosto de 2020. Primeira chamada às 18h30, e, em segunda e última chamada, às 19h. **Conselheiros presentes e segmentos na saúde:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Aline Azevedo de Oliveira (Usuários), Aline Ribeiro Soares Rodrigues (Gestores), Andrea Cristina Silva Maróstica (Gestores), Aparecida Furtado, Azevedo (Trabalhadores), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior (Trabalhadores), Carlos Roberto Braz Junior (Prestadores de Serviços), Célio Ferreira (Trabalhadores), Fanny Fernandes Valias (Usuários), Helen Márcia de Souza (Trabalhadores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Maria do Carmo Coelho (Usuários), Mariane Montalvão Pereira (Prestadores de Serviços), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores), Vinício Felipe Brasil Rocha (Trabalhadores) e Zelma Dominghetti (Usuários). **Faltas justificadas:** Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Maria Aparecida de Barros Barbosa (Usuários) e Rodolfo de Oliveira Raimundo (Trabalhadores). **Registra-se a presença de:** Alessandra Santana Umbelino, Antonio Amorim Carvalho (Siticom), Braiton Vitor Bernardes (estudante – Odontologia), Eduardo Henrique Beraldo Jevoux, Jorge Ferreira dos Santos Filho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Karolina Vitorelli Diniz Lima Fagundes (Saúde do Trabalhador/Vigilância Sanitária/SEMUS), Lílian Valladão (Vigilância Epidemiológica/SRS Varginha), Luciana Fernandes, Mário Ângelo Vitório (Gerente Regional do Trabalho), Melina de Sousa Fiorini E Schulze (Ministério Público do Trabalho/MTP), Monique Borsato Silva Filardi (Coord. de Vigilância Epidemiológica/SRS Varginha), Patrícia Fátima Bento Ribeiro (Referência Técnica em Saúde do Trabalhador/SRS Varginha), Vitor Lúcio Silva (Sindserva). **Inaugurados os trabalhos**, Cláudio dá boas-vindas aos presentes e dá os informes gerais: **proclamação da aprovação da ata do CMSV** - Claudio lembra que as atas não são mais lidas em reunião e que não houve apontamentos sobre o conteúdo da mesma e, por isso, a ata está considerada aprovada. Lembra sobre a responsabilidade dos conselheiros em ler a ata e a não manifestação é uma atitude de concordância com o que está redigido. Informa que **foi instaurado o Processo Nº 12.575/2020**, mediante solicitação do conselheiro Vinício, na qual a SEMUS (Secretaria Municipal de Saúde) informa sobre os centros de enfrentamento da Covid-19, ressaltando a importância de respeitar a necessidade de deliberação sobre as Políticas de Saúde no âmbito. **Vinício solicitou que fosse encaminhado uma via do processo para todos os conselheiros, pois os centros são um adendo do Plano de Saúde e precisam ser votados.** **Cláudio consigna que a matéria será pautada em setembro.** **Informe sobre a Comissão Executiva:** Cláudio fala do aumento de demandas de usuários no Conselho, em geral, decorrentes dos problemas de fluxo devido à Covid. **Sobre o processo eleitoral municipal**, Cláudio informa que Hudson e Rodolfo apresentaram pedido de licença a fim de evitar qualquer impugnação; será preciso expedir uma resolução para publicação no Órgão Oficial do Município, a fim de dar garantias aos conselheiros licenciados. Célio pede que seja esclarecido se os licenciados podem participar das reuniões, Cláudio esclarece que a reunião é pública e que podem participar como ouvintes, mas não gozam das prerrogativas da função pública. Cláudio passa a palavra ao secretário de saúde, Luiz Carlos, para **fazer o**

balanço da Covid-19. Comenta as mudanças havidas no boletim detalhado semanal e os indicadores epidemiológicos referentes aos trabalhadores de saúde, bem como a importância de se observar as notificações de síndrome gripal, até porque o teste rápido olha para o passado. Comenta sobre a dificuldade de as pessoas colaborarem com as medidas de enfrentamento, notadamente adolescentes e jovens adultos, inclusive diante da estabilização da ocupação dos leitos que ficou menor do que foi previsto na pandemia, diante das medidas de prevenção adotadas; informa que pretendem centralizar notícias de descumprimento de medidas de prevenção ao Covid-19, centralizando em um único telefone e e-mail, sendo que a central encaminhará ao órgão devido, a central reunirá: VISA (Vigilância Sanitária), GCM (Guarda Civil Municipal), Procon, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Posturas e PMMG Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). Sobre a FHOMUV (Fundação Hospitalar do Município de Varginha), foi constituída uma comissão de acompanhamento sanitário, a fim de monitorar a situação do Hospital Bom Pastor (HBP) e resolver o surto havido na equipe profissional, que está fora da curva do que tem sido vivida pela comunidade, da mesma forma, comenta as mudanças de fluxo, afastando a FHOMUV e priorizando o HRSM (Hospital Regional do Sul de Minas) e o Hospital de Campanha, que hoje tem 03 pessoas na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) e 03 na enfermaria, e que o Hospital de Campanha está ainda buscando preencher seu quadro de médicos, buscando os que não tenham duplo vínculo hospitalar. E sugere que, se o cenário for favorável, o Conselho poderia tentar realizar a próxima reunião, em setembro, presencial, talvez no INPREV (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Varginha), sugerindo intermediar um local viável para isso, se a Comissão Executiva concordar. Vinício informa que 21% dos testes realizados são “RT-PCR”, e diz dos riscos dos teste rápidos, porque olham para o passado, e questiona se a prefeitura tem adquirido testes “RT-PCR”. Luiz Carlos informou que estão em processos de aquisição duas compras de mil de testes “RT-PCR” cada. E, inclusive isso busca também facilitar inquéritos epidemiológicos em casos de surto, como a FHOMUV, observado o que fala o CIEVS (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde). E coloca a importância do monitoramento da síndrome gripal, pois eles indicam o aumento ou não de transmissão de doenças respiratórias, inclusive Covid-19. Informa também que o Lar São Vicente de Paulo foi todo testado com “RT-PCR”, conviventes e trabalhadores, diante de um trabalhador testado positivo da FHOMUV que lá também trabalhava. Monique da SRS (Secretaria Regional de Saúde), informa que houve 04 videoconferências, uma visita *in locu* e o pedido de atualização do plano de contingência em relação à FHOMUV. Luiz Carlos informa da necessidade da FHOMUV ter ações práticas; que ele fez vistoria em *in locu* no hospital, e que a comissão é uma intervenção da SEMUS a fim de entender e resolver o surto. Cláudio solicita mais esclarecimentos sobre a centralização dos contatos de fiscalização. Luiz Carlos diz que isso foi necessário para evitar dificuldades para os cidadãos que querem ajudar no enfrentamento à Covid-19, e tem de lidar com órgãos afirmando que uma determina demanda é de outra instituição. E que o servidor que atender a demanda, que será registrada é quem deverá encaminhar a demanda para quem de direito, como se fosse uma central de regulação. Célio lembra que uma pessoa reclamou no Conselho da dificuldade em reclamar sobre o descumprimento das normas na construção civil. Pede uma moção de aplausos para essa medida de centralização. Luiz Carlos informa que isso facilitará muito para todos. E que tem muita dificuldade com o adulto-jovem e o adolescente, com resistência. E que a SEMUS está aberta a qualquer ideia para melhorar a situação. Luiz Carlos quer fazer isso funcionar já a partir de amanhã, após a reunião com os atores, pois a estrutura está pronta. Carlos Peloso sugere a ideia de um formulário online, como o Conselho usa, aproveitando inclusive o aplicativo da prefeitura sobre Covid-19. Luiz Carlos agradece e diz que o olhar externo pode ver problemas que quem está imerso na questão não vê. Agradece o apoio do Conselho e espera que todos sejam difusores. Cláudio registra a moção de aplauso em favor do trabalho do Dr. Luis Carlos e pelo trabalho da

SEMUS neste momento, e concorda com as falas do secretário sobre a parceria entre a SEMUS e o Conselho de Saúde, principalmente na difusão das informações. Após, Cláudio pede para Célio fazer **uma explanação da CISTT**; fala que a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora está em construção. E que está tendo adesão, com reuniões mensais, na segunda terça do mês, uma semana anterior à do Conselho. Comenta sobre o plano de trabalho do ano, que seriam um seminário e a instituição do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) e que por isso, haverá a fala hoje sobre o CEREST. Com falas de Melina, Ângelo e Vitor Lúcio - membros da CISTT. E que o seminário deve ser virtual, a ser realizado em outubro. Fala de diversos questionamentos havidos no âmbito da comissão, tais como sobre a sede da SEMUS, as dificuldades do SESMT (Setor de Segurança e Medicina do Trabalho da Prefeitura de Varginha), mas que buscam respeitar a intersetorialidade com o setor privado. Seguindo a Pauta, foi feita a **apresentação sobre a necessidade da instituição de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CEREST)**. Melina, inicia explicando a importância do CEREST; apresenta dados previdenciários, entre outros, sobre o afastamento de trabalhadores e a necessidade do órgão. Recomenda que o Conselho de Saúde delibere pelo apoio ao CEREST, pelo menos, a necessidade de um Núcleo de Saúde do Trabalhador. Após, Ângelo prossegue, explicando sobre a atuação do órgão e seus instrumentos de trabalho. Por fim, Vitor Lúcio, fala da plenária das CISTTs havidas em Belo Horizonte; informa que há 17 CERESTs em Minas Gerais. Sendo que o de Divinópolis está desativado, o que poderia favorecer a constituição do CEREST em Varginha e que Poços de Caldas pode encerrar seu CEREST. Apresenta os CERESTs de outras cidades. Monique da SRS, informa que 03 CERESTs foram encerrados, e que houve um processo seletivo sobre isso, e que, atualmente, não há mais vagas pelo Ministério da Saúde; ressalta que, pela Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009, o CEREST em Varginha só poderia ser regional, pois CERESTs municipais são possíveis apenas para uma população de 500 mil habitantes, mas ressalta a Resolução Nº 603 de 08 de novembro de 2018, da necessidade de se instituir um Núcleo de Saúde do Trabalhador, sendo que Varginha, pela mencionada resolução, precisa ter 03 referências técnicas em Saúde do Trabalhador, independente da questão de haver recursos humanos, mas que isso ajuda na redução de custos, na melhora da Vigilância em Saúde. Carlos questiona sobre as mudanças na política pública, Monique ressalta que há mudanças, mas o CEREST permanece na política de saúde. Ângelo fala sobre o trabalho informal e dos riscos. E da necessidade de deliberar favoravelmente sobre o CEREST; comenta que a informalidade na área rural é de 52%. Cláudio observa a necessidade de se observar a resolução de ter três referências técnicas na Saúde do Trabalhador e a importância de se pensar o CEREST no Plano Municipal de Saúde de 2021; da necessidade de atender a Atenção Primária em primeiro lugar. Jorge fala da necessidade de observar e pensar em regionalização, o que é acompanhado por Ângelo, pela necessidade de vincular a construção de um CEREST a fim de evitar que isso se perca. Andreia coloca que agora tem a referência da Saúde do Trabalhador, e que é importante colocar a necessidade de se colocar para frente a ideia do CEREST para evitar retrocessos. Monique coloca que CEREST é um órgão de vigilância e não assistência, e que o financiamento precisa ser via Ministério da Saúde e que não vê viabilidade neste momento, e se fosse regional, seria necessário verificar se há mão-de-obra para isso. E que é viável a estruturação de um Núcleo de Saúde do Trabalhador; entende que a regional é prejudicada por não haver um CEREST, mas que a ausência dos núcleos sempre prejudicaram a possibilidade de participação dos municípios no pleito junto ao Ministério da Saúde. Valdene coloca da importância de se observar a Saúde Mental dos trabalhadores. E que a questão é urgente, lembrando falas feitas sobre como o trabalhador não é visto como vítima, mas como culpado do próprio adoecimento. Patrícia retoma a palavra e reafirma a importância do Núcleo de Saúde do Trabalhador, mas que é importante conhecer a região para se pensar em um CEREST. Ângelo pede o encaminhamento da matéria, considerando que, mesmo não

havendo o edital do Ministério da Saúde, a autorização pelo CEREST é essencial. Célio defende a importância de se apresentar a intenção. Jorge reforça a importância de se fazer um cerest regional, com articulação intermunicipal. Cláudio então retoma a palavra; diz que é importante pelo menos garantir a saúde às pessoas, e que a estratégia da Saúde da Família mal chega a 50% da cidade, inclusive com redução no último ano; que é uma responsabilidade do município que se assume regionalmente, mas que é um serviço municipal, um pouco diferente de outros programas regionais que tem maior articulação estadual, e que independente de financiamento do Ministério da Saúde, a contrapartida do município poderia prejudicar a Atenção Primária, trazendo recursos, e é uma política que precisa de muita análise, sobre os custos, principalmente sobre mão-de-obra, a fim de não descobrir outros serviços como já aconteceu, principal na Atenção Primária. E sobre as mudanças na gestão, o Plano Municipal de Saúde está lá para isso - garantir a continuidade das políticas, e esse é o papel do Conselho de Saúde e de suas comissões. Por fim, lembra que a imposição do CEREST demandaria a alteração do Plano Municipal de Saúde, o que demandaria um quórum de 16 conselheiros votantes e que, em uma observação, haviam 12 conselheiros naquele momento, o que inviabilizaria tal imposição. E a necessidade de observar a política proposta. Após novos debates, Ângelo, Cláudio e Vinício **construíram os seguintes encaminhamentos aprovados por consenso: 1) Reconhecer o pleito do CISTT; e 2) Tencionar a administração a seguir o Plano Municipal de Saúde e a Resolução 603, sobre a necessidade de se instituir o Núcleo de Saúde do Trabalhador. Ante a ausência de quórum que permita revolver o Plano Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde solicitará estudo de viabilidade técnica e financeira sobre a instituição do CEREST, a fim de subsidiar o Plano Municipal de Saúde de 2021-2025, abrindo processo sobre isso - ressalvada a necessidade de o município se atentar, e discutir junto ao Conselho, caso abra novo edital ou documento congênere do Ministério da Saúde, referente ao CEREST. A pauta de setembro será as prestações de contas pedentes e a votação sobre os centros de enfrentamento da Covid-19, referente ao Processo Nº 12.575/2020, instaurado mediante solicitação do conselheiro Vinício. Registros em síntese do chat - Valdene Amancio: que bom Dr. Luiz Carlos. Lembro dos moradores da Residência Inclusiva da SEHAD e do CAPS para adultos que continua com permanência dia para os casos severos. Vitor Lucio Silva: excelente esse canal único de denúncia. Realmente acontece o que o Dr. Luiz Carlos disse, já presenciei. Carlos Henrique P. S. Jr.: o cidadão precisa se sentir acolhido. Além, é claro, de precisar do direcionamento correto quanto à sua demanda. Vinício: sim Carlos, não adianta só ouvir, este é o primeiro passo, se não resolver, continuaremos na mesma - princípio base da Atenção Primária. Parabéns é muito bom ver uma CISTT tão atuante e participativa. Quando solicitamos junto ao CMSV sua criação não esperava algo menor do que estamos discutindo hoje. Precisamos proteger a vida, e colocá-la como prioridade. Sim, muito boa sua colocação Ângelo. Vemos, por exemplo, servidores da saúde do Hospital Bom Pastor tendo que ir a UPA para serem atendidos em caso de síndrome gripal. Precisamos dar o exemplo de proteção e cuidado à força de trabalho. Uma força de trabalho adoecida e sobrecarregada não consegue produzir cuidado. Helen Souza: esse valor de 30 mil reais é financiado pelo Fundo Nacional de Saúde. Jorge Ferreira: um CEREST aqui na região seria ótimo, tendo em vista o altíssimo índice de contaminação por agrotóxicos na cadeia produtiva do café. Carlos Henrique P. S. Jr.: infelizmente, Patrícia, totalmente previsível essa falta de CERESTs. O trabalhador costuma ser o elo mais fraco dessa cadeia que desencadeia o acidente. Assim como a Atenção Primária à Saúde, muitos gestores - aliados à interesses alheios aos da maioria da população, não fomentam como deveria a APS e a Saúde do Trabalhador. Com a PEC 95, o cenário parece ser mais desanimador ainda, em termos nacionais. Vitor Lucio Silva: primeiro, é importante o município definir a implantação do CEREST. Com esta definição e as articulações necessárias, a chance de sucesso no próximo edital é grande. Carlos Braz Jr.: momento ímpar do protagonismo na Saúde do Trabalhador. O núcleo caracteriza um grande**

*avanço para conquistas futuras. Muito pertinente as colocações! **Patrícia Fátima**: colocamos-nos à disposição, enquanto SRS, de auxiliar que a formalização desta proposição chegue até o Ministério da Saúde, através da Coordenação Estadual da Saúde do Trabalhador. A reunião foi encerrada às 22h03 e o presidente Cláudio agradece a participação de todos e, na função de secretário, *pro tempore*, lavrei esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.*